



FOLHETO DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O ESPAÇO AGRÁRIO AMAZÔNICO-ACREANO: o campo, a floresta e a cidade como dimensões territoriais

Silvio Simione da Silva¹ 

¹ Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, AC, Brasil

RESUMO

Neste artigo, apresentamos um breve ensaio da formação espacial e territorial acreana. Para isto, relacionamos as ações populacionais na formação das dimensões territoriais do espaço agrário produzido em: a “floresta” e o “campo” e, como isto se vincula à cidade na complexidade do que materializa esta realidade Amazônica. O espaço geográfico, na sua diversidade, não se processa por um único viés. A diversidade é a costura da unidade que o prende pelos modos em que se materializam as relações que o produz. Neste sentido, o tratamento da questão setorializada da população visa mais um aspecto metodológico da espacialização da expressão desta, do que uma classificação de partes seccionadas. Deste modo, tratar de população do campo e da floresta, nesta perspectiva, é considerar estas “partes espaciais” como dimensões da diversificação do espaço produzido na integração dialética da totalidade espacial, vista na concreticidade da realidade em seu cotidiano vivido, visualizado e sentido.

Palavras Chaves: produção do espaço; diversidade territorial; campo/floresta/cidade; Amazônia.

THE AMAZON-ACREA AGRICULTURAL SPACE: the countryside, the forest and the city as territorial dimension

ABSTRACT

In this article, we present a brief essay on Acre's spatial and territorial formation. For this, we relate the population actions in the formation of the territorial dimensions of the agrarian space produced in: the "forest" and the "field" and, how this is linked to the city in the complexity of what materializes this Amazonian reality. The geographic space, in its diversity, is not processed by a single bias. Diversity is the seam of the unit that holds it by the ways in which the relationships that produce it are materialized. In this sense, the treatment of the sectioned question of the population aims more at a methodological aspect of the spatialization of its expression, than a classification of sectioned parts. In this way, dealing with the population of the countryside and the forest, in this perspective, is to consider these “spatial parts” as dimensions of the diversification of space produced in the dialectical integration of the spatial totality, seen in the concreteness of reality in its daily life lived, visualized and felt.

Keywords: production of space; territorial diversity; countryside/forest/city; Amazon.

EL ESPACIO AGRARIO DE LA AMAZONÍA-ACREANA: el campo, el bosque y laciudad como dimensiones territoriales

RESUMEN

En este artículo presentamos un breve ensayo sobre la formación espacial y territorial de Acre. Para ello relacionamos las acciones de la población en la formación de las dimensiones territoriales del espacio agrario producidas en: el “bosque” y el “campo” y, cómo éste se vincula a la ciudad en la complejidad de lo que materializa esta realidad amazónica. El espacio geográfico, en su diversidad, no está procesado por un único sesgo. La diversidad es la costura de la unidad que la sostiene por las formas en que se materializan las relaciones que la producen. En este sentido, el tratamiento de la cuestión seccionada de la población apunta más a un aspecto metodológico de espacialización de su expresión, que a una clasificación de partes seccionadas. Así, tratar la población del campo y la selva, en esta perspectiva, es considerar estas “partes espaciales” como dimensiones de la diversificación del espacio producida en la integración dialéctica de la totalidad espacial, vista en la concreción de la realidad. en su vida cotidiana vivida, visualizada y sentida.

Palabras claves: producción espacial; diversidad territorial; campo/bosque/ciudad; Amazonia.

INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico, trata-se de uma breve caracterização do espaço produzido e suas distinções territoriais materializadas na formação econômica e territorial da Amazônia-acreana. Após uma reflexão teórica sobre o espaço produzido e a configuração territorial, recorreremos às considerações sobre a formação populacional amazônica acreana, para demonstrar que ao longo do processo de apropriação capitalista deste espaço, formaram-se distintas do agrário produzido: a “floresta” e o “campo”, mas também em interações com a “cidade”.

Por se tratar de um ensaio teórico a partir de uma realidade específica amazônica, os procedimentos tiveram-se por base a revisão teórica sobre a formação regional; isto, junto a uma autorreflexão possibilitada pelo acúmulo de pesquisas e estudos desenvolvidos ao longo de mais de duas décadas, trabalhando e vivendo nesta porção territorial acreana da Amazônia. Na revisão teórica, recorreremos a dois enfoques: os estudos sobre esta formação regional e, mais, a questão conceitual de espaço e território, campo e cidade na Geografia. Outro ponto importante, foi buscar conteúdos nas memórias de tantas pesquisas e levantamentos feitos nos anos de estudos (próprios), orientações de pesquisas e andanças por estas terras amazônicas.

Para fins de uma primeira distinção ou quaisquer ações interventivas (planejamento territorial agrário, p.e), o estudo oferece bases práticas e procedimentais para que se possa distinguir estas dimensões territoriais quando aplicado numa determinada realidade¹, inclusive

¹Isto, como já acontece, em algumas partes da Amazônia, há políticas para a saúde (do Ministério da Saúde) que especificam por territórios do campo, da floresta e das águas, no atendimento às populações regionais (CARNEIRO, PESSOA, TEIXEIRA, 2017).

para além de estudos na Amazônia. Entenderam-se tais distinções considerando que quando as ações humanas se materializam territorialmente por atividades mais ligadas ao extrativismo e uso do solo florestal, está se configurando o que se propõe identificar como “floresta”. Já, no caso daqueles lugares em que estas ações se dão mais vinculadas às atividades do uso cultivado da terra, como a agricultura e pecuária, a partir da retirada da floresta (desmatamento), identifica-se o que se propõe aqui chamar de “campo”. Isto, claramente, como foi mencionado, aparecem como termos de predominância dos processos espaciais produtivos em ambientes agrários, porém que se expressam muito mais do que pelo uso da terra, mas pelas relações sociais, econômicas, políticas e até culturais que se estabelecem.

Logicamente, essas dimensões, na totalidade do espaço produzido, vinculam-se com a “cidade”, onde o uso no solo não tem finalidade produtiva, mas centraliza toda dinâmica econômica e política que movimenta a circulação e consumo de pessoas, mercadorias e informações, na totalidade do espaço produzido. Contudo, aqui não se pretende focar, em primeiro plano, na questão territorial das cidades. Apenas ressaltamos sua importância na unidade da diversidade do espaço produzido em estudo, porém, volta-se a atenção primordial para a caracterização do espaço agrário produzido e suas implicações no processo de formação territorial integral do Acre e áreas circunvizinhas.

1. Definindo os termos do problema em estudo

Partimos do princípio de que a distribuição territorial de uma população nos permite entender como suas relações de produção marcam o espaço produzido, em especial, a partir do uso que é feito do solo. Neste aspecto, a população é expressão da materialização territorial da produção econômica, mas também dos elementos e processos socioculturais que caracterizam o rural ou urbano de uma região. Deriva-se disto, expressões diversas do espaço produzido na configuração de realidade vivencial, a partir de um processo produtivo que o submeteu em determinadas condições espaciais e temporais. É nisso em que se configura a vinculação das gentes que produz e materializa as feições espaciais diferentes, como territórios vividos, a partir do uso diversificado do solo e seus recursos, ao longo do processo socioeconômico que o formou, permitindo-nos identificar as faces diferentes em que se dá certas materializações da realidade de um lugar.

O que vemos na Amazônia-Acreana é a configuração de uma complexidade espacial produzida que se diversifica em: floresta, campo e cidade. Estas aparecem como dimensões diversas, mas presas numa unidade dialética por interconexões estabelecidas na dinâmica

espacial/temporal que as produziram na sua totalidade. Tal situação significa que num mesmo processo, estes territórios, ao se diversificarem pelas relações de produção socioeconômica, sob a égide do capitalismo, os integram na lógica da circulação e consumo, no conjunto da sociedade em sua totalidade socioespacial.

Vê-se isto, dado que o espaço geográfico, na sua diversidade, não se processa por um único viés. Esta diversidade é a costura da unidade que o prende pelos modos em que se materializam as relações que o produz. Assim, o tratamento da questão populacional setorializada, quando é dado, visa mais um aspecto metodológico da espacialização da expressão desta, do que uma configuração de partes seccionadas totalmente identificáveis. Deste modo, tratar de população do campo, da floresta e da cidade é um mecanismo de estudo e compreensão do processo, mas nunca poderá ser base para ações seccionadas interventivas. Isto, pois considerando esta configuração, suas “partes socioespaciais” são dimensões da diversificação do espaço produzido, na integração da totalidade socioterritorial na realidade em seu cotidiano vivido, visualizado e sentido.

Ademais, mesmo com todas as mudanças sofridas nesta parte da Amazônia, é interessante que no início da primeira década deste século XXI, a expressão maior da população do campo e a floresta, ainda se desapontava como predominante em nove dos vinte dois municípios acreanos. Esses aspectos nos apresenta a possibilidade de uma demonstração temporal, como expressão dessa distribuição populacional nos anos mais recentes, embora a origem dessa formação remonte a tempos pretéritos de formação territorial do Acre.

Por outro lado, a dimensão de ser campo, floresta e cidade ou rural e urbano (ALVES, VALE, 2013), aqui mais que nunca, é algo que nos desafia a entender a aplicação destes conceitos em realidades específicas, com amplas dinâmicas de fronteira, como a Amazônia. É isto que se pretende fazer neste trabalho, valendo-se para tanto de fontes de pesquisa e informações de órgãos estaduais e federais (IBGE, SEPLAN/AC, FUNASA), mas também como críticas às bases conceituais existentes e sua aplicação na realidade amazônica-acreana.

Ademais, esta análise nos permitirá observar que a divisão entre áreas de “terra firme” (terras altas) e áreas da “beira do rio” (terras baixas), denota uma situação em que a apreensão do uso do espaço foi dada pela vinculação às vias de circulação (estradas e rios) como um dado temporal, na formação regional amazônico-acreana² Com a chegada das estradas pós

²Referimos como “terras firmes – terras altas” às áreas dos interflúvios, os platôs da formação geomorfológica local; e, às “terras baixas” – “beira do rio”, sendo os leitos fluviais que vai das vertentes, às planícies aluviais temporariamente inundáveis.

1970, enquanto na “terra firme” há predomínio de atividades das populações (fazendeiros e camponeses) que trabalham no campo (agropecuária), na “beira do rio” o predomínio é de populações camponesas da floresta, em atividades extrativistas, pesqueiras, agrícolas e pastoris, o que já eram práticas regionais temporalmente centenárias.

Em áreas de “terra firme”, as vias de circulação terrestres centralizam a territorialização da ocupação humana do espaço em tempos mais recentes; enquanto, a “beira do rio,” tendo o curso fluvial como via de circulação das populações e da produção, essa centraliza a ocupação humanas (famílias extrativistas), em que buscam habitar as margens, as vertentes, em áreas da planície aluvial. Isto, a fim de ter melhor acessibilidade ao transporte fluvial e ao comércio distante, tal como aos solos fertilizados pelas cheias que nas vazantes dos rios abrem espaço para as lavouras de praias. Em todas as situações, buscam-se romper com a condição de isolamento e colocar-se diante de uma possível integração na lógica produtiva econômica/mercantil, centralizada pela cidade.

Assim, cidade é o local da costura espacial, da integração, mas também do chamamento para se sair do campo e da floresta. Para esses homens rurais, a cidade é vista como onde se busca as mercadorias para suprir o que não produz; onde se vendem sua produção; aonde se busca remédios; onde se busca estudos para os filhos; onde se busca empregos para as filhas; onde é muito agitado; onde é lugar de diversão, mas também da farra, da perdição e tantas outras coisas! Enfim, para estes sujeitos a cidade é onde se ganha e se perde, como muito dizem estas gentes!³ Local do desejo e do medo!

Isto significa que muitas relações socioespaciais mudam com o tempo. Mas por que mudam, ou melhor, por que podem ser mudadas? Vejamos, isso não quer dizer que para os moradores da floresta, por exemplo, a relação entre a margem (“beira do rio”) e o centro (“terra altas”) não é mais importante na sua localização no território; mas sim que hoje, às vezes, as distâncias para ir caçar no “centro da mata” (da floresta) é visto como mais difícil de que ir à cidade (centro do comércio) comprar o produto para seu consumo. Isto, desde que tenham dinheiro! Por isto, cada vez mais a dependência da cidade se torna uma situação real, paralela à perda da capacidade de produção para sua autossustentação.

No campo, a tendência é a perda da importância das relações com o natural, pois com as estradas, situadas em áreas de interflúvios, a distribuição dos moradores tende a se vincular com os trajetos destas, o que melhoram suas ligações com a cidade. Isto, pois sua produção é

³ Isto foi dito por uma liderança comunitária da zona rural, agora morando na periferia da cidade Rio Branco (conversa informal feita em abril de 2016); mas também já ouviu se isto nas falas de muitos desses sujeitos, em pesquisas realizadas desde 1998, por estes rincões agrários acreano.

feita por ações de maior artificialização da formação vegetal local, vista como base para sua lógica produtiva da terra – as pastagens e lavouras. Por tudo isto, aqui fica claro que a maior articulação com o mercado é basilar para as definições geográficas do que é (e foi) produzido socioterritorialmente, tal como das transformações impostas ao ambiente natural ao longo das décadas de formação do espaço amazônico-acreano.

Portanto, ao apresentar estas configurações territoriais, espera-se permitir uma noção complexa da realidade do espaço agrário em que se vive nesta parte da Amazônia. Isso não nega a possibilidade da compreensão, na ótica da relação dualista campo e cidade (ALVES e VALE, 2013), mas amplia a abrangência para uma visão maior da complexidade do espaço produzido e, é também um caminho para se interpretar a realidade agrária vista por um ângulo menos convencional, a partir da realidade periférica amazônica. Vê-se então que a situação real amazônica-acreana permite a visualização de outras dimensões territoriais, forjadas ao longo de décadas de ocupação e produção num ambiente florestal.

Assim, o que estamos propondo é uma perspectiva para compreensão desta expressividade, a partir da visualização materializada nas ações da população que ao longo do tempo forjaram arranjos espaciais, por sua luta pela sobrevivência, durante a formação do Acre. Ademais, cabe considerar que em tempos mais recentes, estas distinções territoriais tendem a ser reconhecidas pela regularização fundiária em projetos diversos, no campo e na floresta (nos projetos de assentamentos agrícolas ou florestais; nas Unidades de Conservação), como frutos de políticas públicas, mas também de lutas sociais, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

2. Da totalidade do espaço produzido às particularidades territoriais

O espaço produzido visto na sua totalidade nos permite apreender as múltiplas relações que nele se concretizam e se materializam. Neste sentido, tendo por base Santos (2002, p. 116), pode-se dizer que conceitualmente a totalidade corresponde a todas as dimensões que se depreende deste universo agrário amazônico-acreano, formando uma unidade na diversidade. Então, a interação das partes dessa unidade forma a totalidade, em que as partes não explicam o todo, mas ao contrário, o todo permite ver as partes em seus movimentos, em suas interações. Assim, “a totalidade é a realidade em sua integridade” e movimento.

Partindo deste pressuposto, vê-se que há uma visão dual do que é agrário e do que não é agrário. Isto é derivado mais da situação dos processos relacionais que os produzem (de

trabalho, de sociabilidade, de escalas relacionais, mas também de conflitos de classes, etc.) e dos meios de produção empregados (uso da terra, sistemas de habitação, implementos, condições sociais de detentores ou não do seu domínio territorial, etc.), do que de uma qualificação essencialmente distintiva, ou seja, de uma qualidade de ser diferente em si (SILVA, 2005). Todavia, no âmbito da totalidade que se apresenta, o espaço produzido é “uma realidade fugaz que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2002, p. 117).

Aparece, contudo, norteado por práticas espaciais e relações representacionais que o confirmam a partir da concreticidade e da materialidade que permite identificar as dimensões distintivas que fazemos: do rural e do urbano, do campo, da floresta e da cidade. São faces de uma unidade que se mostra como “descontinuidades” (GOMES, 1996) espaciais interagindo com a diversidade no agrário produzido⁴. Portanto, provém de um conteúdo concreto especificando as diferenças promovidas por processos históricos, sociais, nas feições do espaço produzido localmente falando.

Assim, tomando esta representação, na realidade estudada, podemos apresentar estas dimensões territoriais: campo, floresta e cidade, em suas bases relacionais, conceituais, de reciprocidade e complementaridade:

A) - No âmbito do agrário/rural. Aqui o espaço produzido se define por relações múltiplas (produtivas, econômicas, culturais, etc.) sobre ambiente, ligadas às atividades do uso direto do solo, naquilo que antes foi apresentado como “**campo**” - território que é dimensionado a partir do uso da terra para o cultivo e atividades criatórias; e, “**floresta**” - território que se dimensiona a partir do uso produtivo com dos solo florestal e sob sistemas extrativos e coletas recursos naturais, complementando com pequenas áreas agrícolas e criatórias.

B) No âmbito desta totalidade espacial produzida, destaca-se “**cidade**” (espaço citadino). Esta caracteriza-se como um território formado a partir de concentração populacional e socioeconômica que institui transformações no ambiente natural e sociocultural do lugar, em que o solo urbano não tem a função produtiva como ocorre no campo e na floresta. Aqui a finalidade é de moradia e circulação de bens e pessoas, tanto por áreas residenciais, comerciais e até industriais.

⁴ - Fala-se assim, pois vistos de cima, num sobrevoo, a cidade é um aglomerado de edificações, ruas e outras áreas destinadas a uso mais concentrado que vai se desfazendo em sua periferia, até que fique apenas sinais do urbano que vai se dispersando na imensidão da visão das áreas de usos agrários – espaço rural sem a aglomeração habitacional, seja de formação de campo ou de floresta.

Nota-se então que na Amazônia-acreana, o conceito de *espaço agrário* e *espaço cidadão* não podem ser vistos como representações socioespaciais excludentes. Vemo-los como parte da passagem da condição de subjetividade para a objetividade no espaço produzido, seja da qualidade para a quantidade ou do espaço produzido ao território percebido e vivido. Então, numa dimensão da dialética deste espaço produzido, o *agrário* contém territorialmente o *cidadão* – a cidade em si – mas a contém como sua negação e sua confirmação, vista no campo da subjetividade existencial do uso diferente e complementar da totalidade espacial em que se territorializa.

Isso ocorre mesmo perante as relações de reciprocidade que se estabelecem, enquanto condição de vida (sociocultural, relacional, comportamental) que permite a *cidade* (ou espaços cidadãos, nas pequenas “aglomerações” populacionais) se qualificar como *urbana*, ainda que profundos espectros do *agrário/rural* se façam presentes materializados nas pequenas cidades e vilarejos (que algumas são “cidades políticas”, do ponto de vista de serem sedes de municípios), na realidade amazônica acreana. São faces do espaço produzido, numa *sociedade agrária*, que institui uma vida “chamada” de *urbana*, porém amplamente dependente do que se constitui em suas áreas circundantes.

Assim, o *agrário*, como um processo apreendido na ampla dimensão do espaço produzido territorialmente, faz-se por relações diversas na materialização de formas territorializadas de ações de sujeitos sociais que ali vivem, trabalham e produzem. Então, sua cognoscibilidade se mostra muito mais por meio da interlocução com as relações sociais e produtivas que preenche de conteúdo real o espaço por elementos predominantes na configuração visível ou “invisível” (porém, perceptível) em suas feições espaciais rural ou urbana. No *agrário*, diante da sua dinâmica produtiva, o conceito de rural (modo de vida, cultura, valores) dialoga com *campo* e *floresta* para se completarem como “parceiros” dialéticos perante o *urbano* e *cidade*, nas suas expressões e impressões de interações, na totalidade socioespacial e socioterritorial.

Neste sentido, o rural no espaço *agrário* produzido, tem sua condição existencial concreta por meio de dimensões objetivas, por exemplo: quando referimos aquilo que caracteriza *agrário* como *campo* e *floresta* territorialmente, como o socioambiental, como forma de ocupação e uso do solo, forma de moradia, delimitações territoriais e outras; e, subjetivas, naquilo que qualifica o *agrário*, porém que não se materializam como ente físico, mas se concretiza no âmbito representacional, como modo de vida, costumes, sentido e

simbolismo sociocultural da terra, seu uso e significado, relações comunitárias, crenças entre outras coisas.

Portanto, no âmbito conceitual o *agrário* em sua abrangência, contém outras dimensões conceituais que se referem àquilo que não é *urbano* ou da cidade. Por outro lado, tomando o conceito do ponto de vista de sua relação como *rural*, este dimensiona no espaço produzido, os elementos representacionais em que encerram um universo de significações do *campo* e da *floresta* (SILVA, 2005).

3. Ajustando os termos agrários urbanos e rurais

Dado o visto, entende-se que na realidade há uma dicotomia do processo em que o espaço agrário se faz por relações de interações em que o não agrário se completa e se integra na sua totalidade. Basta ressaltar que, territorialmente, é no agrário produzido que se situa muitos espaços citadinos ou transicionais (espaço de sobreposição do agrário ao citadino ou vice-versa – parte o perímetro urbano ou pequenos vilarejos) amazônico-acreano. Todavia, este processo, no âmbito das dimensões de poderes que se institui territorializando reciprocamente, sobrepõem-se entre si (espaços de transição rural-urbano), e se completam (na circulação de bens, serviços e trabalhos, por exemplo).

O que significa isto, na realidade amazônica-acreana? Seria a materialização de pequenos espaços *rurbanos* (SILVA, J. 1999), com a *cidade* (detentora do urbano) sobrepondo ao *agrário* (detentor do rural)? Ou a situação se mostra numa realidade mais diversa, isto é, a *cidade* se territorializa sobre condições nas quais o *agrário* é dominante (o poder territorializante)? Referindo-se a questão mais ampla do espaço produzido às pequenas cidades, Santos (1982) nos propôs tratá-las a partir do conceito de “cidades locais” (conceito que entendemos ser deveras pertinente) como “verdadeira especialização do espaço”. São pequenas áreas que vai adquirindo fisionomia de uso urbano do solo, mas ainda sob fortes laços como rural que a cerca.

Na verdade, na Amazônia-acreana, a condição de especialização se instaura com o início da aglomeração populacional, no começo da incorporação dessas terras pelo Brasil. Porém, na atualidade, muitas destas cidades locais e periferias urbanas servem também para a formação de ambientes de práticas “primárias”, que complementam as condições de ser locais de moradias e de pequena produção (de auto sustentação) para população rural que buscaram a cidade para viver.

Por isto, vemos no processo regionalizado uma realidade que materializa em espaços produzidos que são transicionais – pequenas cidades (sede municipais) contêm aspectos de produção espacial urbano, mas mantêm sua vida produtiva, laboral, toda vinculada ao campo e à floresta. Esses espaços se mostram como faixa de transição por processos estruturantes do vivencial que se localiza; não se trata da visão de espaço fixo de “periurbano”, em que o urbano é visto como o centro, o instituidor, ou seja, o único ente estruturante.

A transicionalidade é condição para situar espacialmente estas cidades locais, territorialmente no âmbito do que é produzido no geral. O espaço transicional é lócus de interação em que o estruturante provém do domínio que se estabelece e territorializa, seja do urbano ou do rural, dando vida econômica, sociocultural e política ao lugar.

Portanto, do ponto de vista de caracterização geral do espaço agrário produzido como expomos, a significação dos conceitos de campo e floresta⁵ se inscreve no âmbito de práticas socioespaciais concretas. Isto nos abre a possibilidade de aprendê-la também como dimensão representacional da territorialidade vivida das gentes que vivem no/do campo e floresta. Daí, deriva um universo de significações que os preenchem com o conteúdo das “representações do espaço” e do “espaço representacional” (LEFEBVRE, 1992), em que o sentido de “território” se torna condição e conteúdo fundamental para apreender a realidade inquirida.

Neste contexto, as discussões sobre o *rural versus urbano* passam a ocupar o centro da questão sobre o espaço produzido no âmbito do desenvolvimento regional e agrário (MARQUES, 2002). Todavia, na realidade, nos estudos atuais do agrário, há uma tendência a sua compreensão por via exclusiva de interpretação, em que tudo aquilo que não é *urbano* é tratado como uma coisa única – o agrário – o rural. Aqui usamos estas argumentações para demonstrar que na realidade amazônica-acreana, seu espaço produzido se dimensiona sob uma lógica contraditória de *ser* que se expressa por uma relação dicotômica.

Nesta dimensão, qualitativamente o *rural* representado, coloca-se numa relação dimensionadora da floresta *versus* campo naquilo que se difere no uso do espaço (uso da floresta *versus* áreas desmatadas para agricultura), mas se complementa na dinamização que movimenta a totalidade produzida (p.e. na circulação de pessoas e mercadorias) e atingem igualmente os sujeitos que produzem agrário em sua totalidade. Visto Em sua construção concreta, então, a realidade produzida se define territorialmente numa relação tricotômica – *floresta, campo e cidade* (SILVA, 2005).

⁵ - Assim, concebido numa visão de não-interativa, na realidade agrária amazônica, pode nos levar a considerar uma “tricotomia” com o conceito de *cidade* no âmbito do espaço produzido.

Pode-se dizer que a configuração estabelecida no espaço produzido, perpassa-se em dimensões escalares diversas e, assim, se apresentam como campo-floresta-cidade, que territorialmente é possível até de demarcar. Tais processos produtivos são nutridos a partir da expressão das escalas, em que os sujeitos sociais que produzem o espaço (que “grafam”, conforme GONÇALVES, 1998), o fazem com seu cotidiano nos locais de convivência em que se inserem.

Então, o *homem agrário* interage pelo espaço produzido da cidade, pode morar na cidade, mas trabalha no campo e na floresta. Daí, a interconexão/interpenetração se dá com a produção, com as lutas, com as reivindicações nas *idades*, mas também pela absorção de produção do campo e da floresta no mercado urbano, tal como pelo acesso no espaço citadino de *lôcus de* treinamento, difusão de inovações, acesso ao mercado, seja para um camponês ou mesmo empresário agrarista.

Em síntese, o que queremos dizer é que a *cidade* nem sempre comanda a vida local, pois muitas das especificidades que se arranjam nos seus espaços, têm vida cravada na produção do *agrário e vice-versa*. Se perante a formação da humanidade, a cidade e o campo se formaram como processos distintos, no qual se definiu seu espaço produzido pela divisão da sociedade em classes antagônicas, então esta especificação, na atualidade, se difunde também pela sua distinção e sociabilidade no espaço vivido.

Mas, ao mesmo tempo, também, fundem-se nas relações em que a *cidade* é centro de poder que se impõe sobre o espaço vivencial que lhe circunvizinha (campo e floresta), que lhe abastece com a sua produção e que dá vida ao mercado, como produto e consumo. Isto numa relação recíproca, em que as gentes que produzem esta realidade abastecem e são abastecidas no âmbito das relações produção/consumo. O poder estruturante, por isso, emana das inter-relações que se produzem na totalidade do espaço.

Romper com a visão de concepções estruturais em si (dicotômica/tricotômica) destes conceitos vistos como antagônicos, para vê-los nesta interação conceitual a partir da realidade vivencial, nos permitirá enxergar as “amarras” que dialeticamente se construíram no processo histórico que produziu o espaço vivido. A questão, portanto, passa por uma apreensão da interação que se dá, na prática desses conceitos, na sua conexão com a realidade significada e existencial.

Tudo isso nos leva a rever que o padrão conceitual de apreensão da realidade brasileira, como uma realidade urbana, é simplificado (VEIGA, 2003). A verdade é que nem sempre o que vemos como cidade é realmente urbano, assim como o não-urbano,

necessariamente não será apenas campo, floresta ou rural. A visão urbanizada do Brasil, quando aplicada à realidade amazônica, é simplificadora, pois não considera a dimensão territorial do papel local das pequenas localidades (aglomerado populacional) na dinâmica em que se produz o espaço, numa região historicamente agrária. Aqui uma cidade pode estar a dezenas de quilômetros das outras.

A realidade que vemos, saindo das maiores cidades regionais (capitais dos estados), é a produção camponesa e as fazendas que se firmam como espaços produzidos no campo e na floresta (áreas agricultáveis e extrativistas), demonstrando a importância destes para a própria vida regional que se institui. Pode-se dizer que sem as pequenas produções do campo e da floresta teríamos espaços “fantasmas” configurados, ou seja, não haveria vida produtiva e social sem os processos desta realidade agrária atual.

Todavia, voltando mais nossas atenções à realidade amazônica, vemos que os vilarejos, aglomeração e sede pequenas municipais que tendem a concentrar população, mantendo suas bases produtivas no campo e na floresta; sendo estes os padrões espaciais que tende a se consolidar na região (MONTEIRO, 2019). Então, voltamos a uma questão anterior: como ambientes plenos de vida urbana, essas localidades podem ser deveras questionadas⁶, mas admitir que aí o modo de vida, o arranjo territorial que se desenha, as relações sociais que vão se construindo, o predomínio do setor de serviços no âmbito da vivência que se instituiu nestes lugares, como uma realidade puramente rural (com reflexo da concepção dicotômica de rural-urbano), também é deveras questionável!⁷ Por isto, nos vemos diante de um desafio que é produzir um conceito que realmente dê conta desta realidade; é a isto que, aqui, propomos tratar como “espaço transicional”.

É partindo deste apontamento que agora vemos pertinente entender, processualmente, a dinâmica populacional na produção do espaço amazônico-acreano, construído o conteúdo geográfico que formou esta realidade até aqui apontada.

4. Expressão territorial da população do campo e floresta

Estas expressões da configuração territorial amazônica acreana apresentadas, são produtos da ação e distribuição populacional ao longo de sua formação econômica e

⁶ - Isto, se comparável ao que Veiga (2003) preconiza por “Brasil indiscutivelmente urbano”, ou com a realidade das grandes e médias cidades nacionais, em que o país é menos urbano que parece.

⁷ - Logicamente, estamos certos que não dá para comparar a urbanidade de uma cidade grande ou média com essas pequenas cidades locais, ou aglomerados populacionais amazônicos. Aqui, vemos o princípio de uma urbanidade em construção, numa plena interlocução com a ruralidade que predomina localmente.

territorial, desde os finais do século XIX, quando foi tomado por forças da expansão do modo capitalista de produção.

Assim, a dinâmica da população é, sem dúvidas, o que nos permite considerar como as relações de produção social e suas implicações no espaço produzido, fortalecem estas feições espaciais em cidade, campo e florestas; e, ainda também promovem integração a partir da produção, do uso da terra, da circulação de bens e pessoas entre outras formas de ações.

Neste aspecto, a dinâmica de uma população expressa a materialização territorial dos elementos e processos socioculturais que caracterizam o espaço produzido de um determinado país, unidade federativa, municípios ou mesmo região, tal como estamos tratando da Amazônia-acreana.

Aqui cabe ressaltar que, apesar de entender como Amazônia Acreana (Cf. SILVA, 2005) o Estado do Acre, junto às faixas territoriais limítrofes dos estados do Amazonas (Sul) e de Rondônia (Extremo Oeste), para fins das reflexões a seguir, tomaremos apenas do Estado do Acre. Isto se justifica, pois as informações seccionadas das áreas circunvizinhas não estão disponíveis, sem um desmembramento dessas por cada unidade federativa ou municipal em questão. Sendo assim, vimos que o espaço produzido em nossa região traz em sua materialização territorial, dimensões fundamentais sobre as quais nossa população se distribui entre o: “campo”, “cidade” e “floresta”; e, como já vimos, foi produzido como resultado de longo tempo de ocupação e produção socioeconômica pela ação humana, sobre a natureza amazônica nestes rincões oeste do Brasil.

Antes do processo da formação atual, estas terras eram ocupadas por povos nativos, vivendo sob um modo de vida baseado numa lógica da economia natural. Em quase nada desta territorialização atual tinha significado, pois eram povos que viviam da coleta e caça na floresta. A configuração da territorialidade mais atual, viria se iniciar com a extensão ações do modo capitalista de produção sobre estas áreas, já nos finais do século XIX. Cabe salientar que com os indígenas, já estava claro que a floresta era um espaço produzido e habitado – portanto um território.

Contudo, neste período, as lógicas edificadoras era ações voltadas para a autossustentação e, não havia as ações de acumulação capitalista como base estruturante dos modos de vidas dos povos nativos.

Neste processo, a redução da população indígena foi muito marcante. Calcula-se que por volta de 1870, viviam nas terras acreanas cerca de 250.000 indígenas (CALIXTO, SOUZA, SOUZA, 1985); atualmente (início da terceira década do século XXI) estamos

próximo à casa dos vinte mil indivíduos, com diversos povos nativos (cerca de 15 povos), em áreas de reservas no Estado, remanescente do genocídio cometido no passado.

Ao mesmo tempo, houve esse semi-extermínio dos povos nativos, grupos de trabalhadores foram deslocados do Nordeste para as terras do Acre. Eram gentes originárias, em especial, dos estados nordestinos (Ceará, Maranhão, Alagoas, entre outros) sob o efeito do forte apelo econômico para formar mão-de-obra na extração da borracha.

Como terra de migrante que respondia a expansão territorial produtiva, a lógica da ocupação teve forte vínculo com a ocorrência de espécies vegetais⁸ predominante na região e que era de grande interesse ao capitalismo internacional. Nisto as terras antes indígenas, usurpadas pela expansão do capital, é rearticulada por formas de exploração econômica da borracha (o “seringal” como unidade empresarial do capital, englobando a “colocação”, unidade de produção da borracha na floresta). Nisto se forjou um uso do espaço que incorporava a convivência com a floresta, como base produtiva de recursos para industrialização mundial da época (GONÇALVES, 1998). Algumas raízes da convivência com os nativos são reproduzidas pelos extrativistas no seu modo de produzir, viver, explorar o espaço local, fazendo da floresta como um território da capital, sob a lógica do trabalho dos seringueiros (trabalhador) e a comando do seringalista (patrão).

Na figura (01) a seguir representa as áreas de ocorrência da *hevea brasiliensis* (espécie mais produtiva que a *hevea guianensis*) como rotas para esta ocupação onde, nas terras em que se formou o atual Estado do Acre, estavam áreas de maiores densidades desta espécie vegetal. Essas áreas drenadas por rios regionais passam a ser as rotas da migração e do povoamento. É interessante que essas áreas da Amazônia são regiões em que as presenças indígenas foram muito reduzidas, formando espaço que concentra a maioria da população branca da Amazônia (não apenas refiro cor e etnia, mas a cultura trazida pelo branco de origem europeu, cristão); porém, isto não vem ao nosso caso aqui.

Assim, ao longo da sua formação econômica e territorial, o Acre e áreas circunvizinhas tiveram diversas fases de mobilidade populacional. Tendo como base os processos que fortaleceram as distinções territoriais vistas, possibilitando-nos caracterizar os movimentos externos e internos, nos quais estes sujeitos sociais buscavam melhor se situar no espaço para viver, diante das mudanças diversas que atingiam as terras acreanas.

⁸- Referimos às seringueiras, árvore amazônica produtora do látex, com que se faz a borracha natural, sobretudo provindos das espécies *hevea brasiliensis* e *héveaguianenses* – principais espécies vegetais produtoras do látex gomífero.

padrão de uso do espaço, iniciam-se os primeiros povoamentos e uma incipiente agricultura de auto subsistência⁹.

- **De 1910/20 a 1940.** Diante da decadência econômica empresarial dos seringais, teve-se uma pausa na migração externa e passou a ocorrer rearranjo interno da população. Começa, então, um movimento para as principais cidades da região ou para o Nordeste, paralelo ao amplo rearranjo interno nas terras acreanas por parte da população que aqui permaneceu. Isto, pois com o efeito da crise sobre a economia dos seringais, a população que não se evadiu do Acre, tende a se recolocar em lugares de melhor acessibilidade aos rios e cidades locais. Cidades essas que já começavam a se distinguir no espaço produzido no Acre, no geral, a partir de antigas sedes de seringais. Houve um gradual aumento dos vilarejos, sobretudo em localidade situadas às margens de rios. Foi nesses tempos que se deu de fato a consolidação existencial de uma sociedade acreana, erigida com “pés na floresta e no campo” (no rural) e com as “mãos e cabeças nas cidades” (no urbano).
- **De 1940 a 1950.** Ocorre a migração nordestina perante a estratégia de economia de Guerra – “Soldados da borracha”. Nesse período, teve-se ações de uma geopolítica das grandes corporações internacionais (sobretudo através dos EUA) para dar sustentação à economia capitalista, mesmo no período da Guerra. Assim, novos grupos de migrantes, em especial, do Nordeste chegavam, indo para o extrativismo em áreas de floresta; isto, quando os rios ainda eram o principal caminho para mobilidade de entrada e saída na região.
- **De 1950 a 1969.** Neste período, gradativamente foram se finalizando os fluxos externos nordestinos quando apenas algumas pessoas e famílias ainda chegaram ao início da década de 1950; e, em seguida, houve uma nova fase de rearranjo interno da população. O Acre é elevado à categoria de Estado Federado (1962) e muitos dos “soldados da borracha”, com a nova decadência da extração de látex em larga escala, buscaram se colocar mais próximo das cidades e estradas, dedicando mais a atividade de agricultura e uma incipiente pecuária. Esta Situação, de forma

⁹ Aqui cabe explicar que na fase áurea da borracha, o tempo do seringueiro para produzir agricultura era limitado. Contudo, durante o movimento de guerra com as forças bolivianas, o Comandante Plácido de Castro, liberou da luta (por volta dos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX) aqueles trabalhadores que quisessem plantar e cultivar a terra. Buscava-se abastecer a demanda local, dado que o rio Acre estava sob o controle das forças adversárias em Puerto Alonso (atual Porto Acre) adjacente do Seringal Empresa – local onde viria ser a futura cidade de Rio Branco. Cabe salientar que toda a dinâmica que se sucede, pós 1903 se dá sob o Acre, já incorporado territorialmente pelo Brasil.

semelhante, também ocorreu na floresta com famílias de seringueiros que além do extrativismo, também passaram a dedicar mais às atividades de pequena agricultura e pecuária complementar a suas necessidades. Neste período a produção do espaço acreano se revela mais forte na territorialização de uma lógica camponesa de uso do solo: o camponês da lavoura nas proximidades das cidades e em “colônias agrícolas” e, o seringueiro – camponês da floresta que fica em sua unidade produção na floresta (a “colocação”), tendo como base de geração de renda monetária ainda o extrativismo, mas complementando com agricultura voltada ao autoconsumo e venda do pequeno excedente.

- **De 1970 a 1990** – Período de maior significação da migração externa originária do Centro-Sul Brasileiro. Este período marcou o rompimento com a produção do espaço sob a ótica agroextrativista e, abriu-se para o avanço econômico das frentes agropecuárias. Agora os rios foram perdendo a condição de únicas e principal via de circulação e as estradas começaram a dinamizar o processo de produção do espaço. Houve fortes mudanças nas bases produtivas, econômicas e socioculturais em toda a sociedade – um avanço da “cultura do boi” como expressão maior da fronteira econômica agropecuária que se estabelecia. Neste contexto, a coleta de produtos como a borracha e a castanha entra em decadência; assim, nesse setor, o extrativismo madeireiro torna-se a principal prática estabelecida, mas sob o comando de empresários do ramo sediados nas cidades, sem a participação dos moradores florestais. É certo que o campo, como espaço rural produzido mais artificializado de que a floresta, sobressai territorialmente, junto ao rápido crescimento urbano das cidades regionais, perante correntes migratórias externas que chegavam e o êxodo rural interno.
- **De 1990 a 2020.** Agora é marcada pela tendência à estagnação das correntes de migração externas e novamente, voltam-se os processos de rearranjo interno da população (migração rural/urbano e migração urbano/urbano). Com a consolidação da rede rodoviária no estado e áreas circunvizinhas, se antes tínhamos um movimento de êxodo rural para as sedes municipais, agora com a ligação por terra entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, no plano leste oeste; e, de Assis Brasil/Brasileia com Rio Branco e Boca do Acre (AM) no plano norte sul, acelerou-se a migração das cidades do interior em direção aos centros maiores, em especial Rio Branco. Como já tratamos, o processo se dá como a mobilidade rural –

urbana (sede municipal) e, daí para a capital (da sede municipal para Rio Branco). Também agora, nota-se fluxo que segue pela BR-364 rumo ao Centro-sul, via Porto Velho (RO).

Nesta periodização de acomodação populacional e configuração territorial, a mobilidade entre as três dimensões territoriais, frutos da formação econômica regional, tendem a se fortalecerem como vetores das transformações e configurações do espaço produzido. Contudo, na dinâmica desta reprodução, do ponto de vista populacional tudo aponta em direção à cidade, ao passo que a floresta é onde se perde mais população.

Isso condiz com uma realidade de mudança de caracterização do lugar para se viver, cada vez mais tende a procurar a cidade para morar, embora em muitas situações, continue com atividades rurais seja nas áreas urbana de transição para o rural, ou mesmo morando em áreas da cidade, mas mantendo suas atividades de trabalho no campo ou da floresta. Então, nota-se que a configuração de espaço de transição que se consolida cada vez mais, demonstrando aos estudiosos um grande problema: explicar que urbano ou que rural é este na Amazônia!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode se ver que do ponto de vista de uma caracterização geral do espaço produzido, como expomos, há uma significação fundamental no processo de formação populacional como campo de instituição de dinâmicas socioprodutivas que produziram certas distinções por dimensões territoriais muito específicas. Assim, na realidade amazônica-acreana, vimos que o espaço vivencial nas áreas de arranjos urbanos cresce, porém, as bases produtivas, em muitas situações, ainda permanecem nas especificações de campo e floresta. O Acre e áreas circunvizinhas, formam uma sociedade com raízes na produção territorial e econômica que se fez a partir da floresta, e que daí derivam as outras lógicas territoriais que já se consolidam como campo e cidade.

Finalizando, concluímos que no espaço em questão, há uma lógica específica, em que as forças motrizes que produziram arranjos territoriais, estarão sempre em processo de mudanças transformações. Isto demonstra a condição de ser e estar numa fronteira econômica que ainda oferece muitas possibilidades às rearticulações deste espaço. Logicamente, neste processo, dado a condição ampliada e contraditória de sua reprodução (OLIVEIRA, 2003), o

capitalismo reproduz espaço no qual agrega base da riqueza produzida, mas também segrega os locais para a pobreza tanto na floresta, como no campo ou na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion. D., VALE Ana R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, Universidade Federal de Roraima, 2013. p.33-41. (Edição Especial - Geografia Agrária).

BECKER, Bertha K. A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. p. 46-64.

CALIXTO, Valdir de O., SOUZA, Josué F., SOUZA José Dourado. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: FDRHCD, 1985.

CARNEIRO, F. F. ; PESSOA, V. M. ; TEIXEIRA, A. C. A. **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde**. 1. ed. Brasília: Unb, 2017. v. 1. 464p.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Geografando: Nos Varadouros do mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista)**. Rio de Janeiro: 1998, 531p. 2 volumes. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of space**. Oxford UB, Cambridge USA: Blackwell Publishers, 1992. 454p. (Translated by Donald Nicholson-Smith).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Rev. Terra Livre**. São Paulo, AGB, A. 18, N. 19, jul/dez. 2002. p. 95-112.

MONTEIRO, Natanael Melo. **Vila Profeta: de espaço de produção rural a transição rural/urbano**. Rio Branco, 2019, monografia (Bacharelado em Geografia), Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado, Universidade Federal do Acre.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade**: o agronegócio e as transformações e as transformações no campo. Goiânia: CPT/nacional, 22/10/2003. (mimeo)

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 381p. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. **A Urbanização Desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países Subdesenvolvidos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IE., 1999. (Coleção pesquisa 1 – Edição revisada).

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia Acreana**. Presidente Prudente, 2005. 494p. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304p.

Silvio Simione da Silva

Professor Titular no Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre. Estágio de Pós-doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Estagiário de Pós-doutorado pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Email: ssimione@gmail.com